

DIÁRIO DA ASSEMBLÉIA

Nº 028

CURITIBA, SEGUNDA-FEIRA, EM 25 DE MARÇO DE 2002

ANO XXVIII

Mesa Diretora

HERMAS BRANDÃO

Presidente - PSDB

ELIO RUSCH

1º Vice-Presidente - PFL

IRINEU COLOMBO

2º Vice-Presidente - PT

AUGUSTINHO ZUCCHI

3º Vice-Presidente - PDT

VALDIR ROSSONI

1º Secretário - PTB

ANTONIO ANIBELLI

2º Secretário - PMDB

CESAR SELEME

3º Secretário - PPB

EDNO GUIMARÃES

4º Secretário - PSDB

NELSON GARCIA

5º Secretário - PFL

ABIB MIGUEL

Diretor Geral

Lideranças

Líder do Governo Durval Amaral
Líder da Oposição Waldyr Pugliesi
PTB Carlos Simões
PFL Plauto Miró Guimarães
PSDB Ademar Luiz Traiano
PMDB Nereu Moura
PPB Tony Garcia
PT Luciana Rafagnin
PDT Luiz Carlos Zuk
PSL Luiz Carlos Martins
PL Pastor Edson Praczyk
PPS Marcos Isfer

Representação Partidária

PMDB - 08: Ademir Bier - Antonio Anibelli - Caíto Quintana - Edson Strapasson - Nereu Moura - Orlando Pessuti - Ricardo Chab - Waldyr Pugliesi; PSDB - 08: Algaci Tulio - Ademar Traiano - Edno Guimarães - Hermas Brandão - Luiz Fernandes da Silva Litro - Nelson Tureck - Ricardo Maia - Sérgio Spada; PFL - 07: Basílio Zanusso - Cleiton Kielse - Divanir Braz Palma - Durval Amaral - Elio Rusch - Nelson Garcia - Plauto Miró Guimarães; PTB - 06: Carlos Simões - Hidekazu Takayama - Luiz Accorsi - Luiz Carlos Alborghetti - Nelson Justus - Valdir Rossoni; PDT - 06: Augustinho Zucchi - Eli Ghellere - José Maria Ferreira - Luiz Carlos Zuk - Neivo Beraldin - Renato Gaúcho; PPB - 06: Cesar Seleme - Duílio Genari - Fernando Ribas Carli - Tony Garcia - Miltinho Pupio - Moysés Leônidas; PT - 04: Ângelo Vanhoni - Hermes Fonseca - Irineu Colombo - Luciana Rafagnin; PL - 03: Chico Noroeste - Pastor Edson Praczyk - Serafina Carrilho; PSL - 03: Geraldo Cartário - Luiz Carlos Martins - Antonio Carlos Belinati; PPS - 02: Cezar Silvestri - Marcos Isfer; PSC - 01: Fernando Guimarães.

**4ª SESSÃO LEGISLATIVA DA
14ª LEGISLATURA
ATA DA 019ª SESSÃO ORDINÁRIA
REALIZADA EM
25 DE MARÇO DE 2002**

(segunda-feira)

Presidência do senhor deputado Hermas Brandão, secretariada pelos senhores deputados Edno Guimarães e Cesar Seleme.

À hora regimental é registrada a presença dos seguintes senhores deputados: Mesa Executiva: Hermas Brandão, Elio Rusch, Irineu Colombo, Augustinho Zucchi, Valdir Rossoni, Antonio Anibelli, Cesar Seleme, Edno Guimarães, Nelson Garcia; PPS: Cezar Silvestri, Marcos Isfer; PL: Chico Noroeste, Pastor Edson Praczyk, Serafina Carrilho; PPB: Duílio Genari, Fernando Ribas Carli, Miltinho Pupio, Moysés Leônidas, Tony Garcia; PDT: Eli Ghellere, José Maria Ferreira, Luiz Carlos Zuk, Neivo Beraldin, Renato Gaúcho; PT: Ângelo Vanhoni, Hermes Fonseca, Luciana Rafagnin; PSDB: Ademar Traiano, Algaci Tulio, Luiz Fernandes da Silva Litro, Nelson Tureck, Ricardo Maia, Sérgio Spada; PFL: Basílio Zanusso, Cleiton Kielse, Divanir Braz Palma, Durval Amaral, Plauto Miró Guimarães; PTB: Carlos Simões, Hidekazu Takayama, Luiz Accorsi, Luiz Carlos Alborghetti, Nelson Justus; PMDB: Ademir Bier, Caíto Quintana, Edson Strapasson, Nereu Moura, Orlando Pessuti, Ricardo Chab, Waldyr Pugliesi; PSL: Antonio Carlos Belinati, Geraldo Cartário, Luiz Carlos Martins; PSC: Fernando Guimarães (54).

Verificada a existência de número legal, o senhor presidente declara aberta a

SESSÃO.

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

Sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos.

O SR. 2º SECRETÁRIO

Procede à leitura da Ata da Sessão anterior, a qual foi aprovada sem observações.

O SR. 1º SECRETÁRIO

Procede à leitura do seguinte

EXPEDIENTE:

Requerimentos:

REQUERIMENTO Nº 529

Senhor Presidente:

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, respeitosamente,

REQUER destaque da votação do item 17 da Ordem do Dia da presente Sessão Ordinária, Projeto de Lei nº 096/2002, de autoria dos deputados Orlando Pessuti e Hermas Brandão, que dispõe sobre a obrigatoriedade da informação nos rótulos das embalagens de café.

Sala das Sessões, em 25.03.2002.

(a) ORLANDO PESSUTI

REQUERIMENTO Nº 555

Senhor Presidente:

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais e, com fundamento no disposto pelo artigo 187, parágrafo 4º do Regimento Interno, REQUER, após ouvido o Plenário, dispensa de discussão e votação da redação final para os projetos aprovados em 2ª discussão, constantes da Ordem do Dia da presente Sessão, que não tenham sofrido emendas no curso de sua tramitação.

Sala das Sessões, em 25.03.2002.

(a) ANTONIO CARLOS BELINATI

REQUERIMENTO Nº 547

Senhor Presidente:

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, atendendo sugestão do Setor de Revisão Legislativa da Diretoria Legislativa, REQUER, o arquivamento do Projeto de Lei de nº 64/2001, de autoria do deputado Antonio Belinati, que destinava recursos provenientes da venda da Copel para o Laboratório da UEL.

Sala das Sessões, em 25.03.2002.

(a) HERMAS BRANDÃO

REQUERIMENTO Nº 544

Senhor Presidente:

O deputado que subscreve o presente, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER à Mesa, consultando o douto Plenário e atendendo a sugestões da população, o desarquivamento do Projeto de Lei de nº 241/99, de minha própria autoria, que proíbe a comercialização e uso de armas de fogo no Estado do Paraná.

Sala das Sessões, em 25.03.2002.

(a) RICARDO MAIA

REQUERIMENTO Nº 545

Senhor Presidente:

O deputado que subscreve o presente, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER à Mesa, consultando o douto Plenário e atendendo a sugestões da população o desarquivamento do Projeto de Lei de nº 260/99, de minha própria autoria, que torna obrigatório o controle de qualidade "OK" nos postos de combustíveis do Estado do Paraná.

Sala das Sessões, em 25.03.2002.

(a) RICARDO MAIA

REQUERIMENTO Nº 554

Senhor Presidente:

O deputado que este subscreve, no uso de suas atribuições legais e regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, que conforme estabelecido pela Lei nº 12.096 (oriunda de projeto de lei de autoria do deputado Anibal Khury) o senhor Waldyr Jansen de Mello seja incluído na premiação "O Estado do Paraná", a ser oferecido por esta Casa de Leis na data de 19 de dezembro de 2002.

Sala das Sessões, em 25.03.2002.

(a) ALGACI TULIO

REQUERIMENTO Nº 528

Senhor Presidente:

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, a realização de Sessão Solene para a entrega de título de Cidadão Benemérito do Estado do Paraná ao senhor Luiz Alfredo Malucelli no dia 22 de abril às 17h00.

Sala das Sessões, em 25.03.2002.

(a) ORLANDO PESSUTI

JUSTIFICATIVA:

O senhor Luiz Alfredo Malucelli é Cidadão Benemérito do Paraná, através da Lei nº 12.745. D.O. 5630 de 01.12.99.

REQUERIMENTO Nº 542

Senhor Presidente:

O deputado que este subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, a cessão do plenarinho da Assembléia Legislativa para o dia 25 de abril de 2002 (quinta-feira), às 19h00, para a posse da nova diretoria do Sintel - Sindicato dos Telefônicos. Requer, ainda, o acompanhamento do serviço do Cerimonial, da segurança e de cafezinho.

Solicita, também, que o espaço de entrada ao plenarinho, seja destinado, nessa ocasião, para o coquetel de encerramento.

Aproveito o ensejo para, em nome deste Sindicato, convidá-lo para este evento.

Sala das Sessões, em 25.03.2002.

(a) IRINEU COLOMBO

REQUERIMENTO Nº 522

Senhor Presidente:

O deputado que subscreve o presente, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, que seja inserido em Ata dos trabalhos desta Sessão, um voto de pesar pelo trágico falecimento do senhor Gabriel Berlesi, 42 anos, ocorrido em 18 de março do corrente, nesta Capital.

Era uma pessoa muito querida pelos seus familiares, amigos e conhecidos, deixando muitas saudades em todos. Recebeu ampla manifestação de sentimentos pelo seu passamento.

Esta Casa reverencia a sua memória, associando-se às manifestações de pesar e apresenta à família enlutada, sinceras condolências.

Sala das Sessões, em 25.03.2002.

(a) LUIZ ACCORSI

REQUERIMENTO Nº 533

Senhor Presidente:

O deputado que este subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER à Mesa o Plenário, seja consignado em Ata dos trabalhos um voto de profundo pesar pelo falecimento do senhor George Christófis, ocorrido nesta data em nossa capital, requerendo ainda que, da manifestação desta Casa, seja dado ciência à família do ilustre cidadão desaparecido.

Sala das Sessões, em 25.03.2002.

(a) HERMAS BRANDÃO

JUSTIFICATIVA:

George Christófis, falecido aos 72 anos de idade, nasceu em Paranaguá em 02 de fevereiro de 1930, tendo realizado estudos de Farmácia e Direito. Foi presidente do Sindicato do Comércio Varejista de Produtos Farmacêuticos do Estado do Paraná; vice-presidente da Associação Brasileira do Comércio Farmacêutico; presidente da Federação do Comércio Varejista do Estado do Paraná (1980 a 93), presidente do Conselho Regional do Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial, delegado pelo Paraná à Confederação Nacional do Comércio, juiz classista junto ao Tribunal Regional do Trabalho e empresário do ramo de comércio farmacêutico.

A confirmação de seu destaque no meio empresarial paranaense ocorreu quando, ao se aposentar das atividades produtivas, teve seu nome afixado no prédio principal do Senac em Curitiba, homenagem de seus companheiros de lides comerciais. Tais predicados de cidadão, pai de família, empresário e líder classista conferem a George Christófis um merecimento que deve ser endossado mediante este voto de pesar, no momento em que o povo paranaense lamenta seu falecimento.

REQUERIMENTO Nº 524

Senhor Presidente:

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, seja consignado na Ata dos trabalhos da Sessão de hoje, votos de congratulações e aplausos à empresa Supermercados Condor, pela inauguração de sua nova loja Condor Hipermercados da Rua Nilo Peçanha.

Requer outrossim, que da decisão da Casa, seja dado ciência ao senhor Pedro Joanir Zonta, diretor-presidente do grupo, para que receba e transmita aos demais diretores e auxiliares as homenagens da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná.

Sala das Sessões, em 25.03.2002.

(a) ANTONIO ANIBELLI

JUSTIFICATIVA:

Em data de ontem foi inaugurada, nesta Capital, a 20ª unidade do Grupo Condor, localizada à Rua Nilo Peçanha, 1000, esquina com a Rua Carlos Pioli.

Trata-se da maior unidade denominada de Condor Hipermercado Nilo Peçanha, 7,5 mil metros quadrados de área construída, gerando emprego para 450 empregados diretos.

O grupo Condor teve início em 1974, quando o senhor Pedro Joanir Zonta, aos 22 anos de idade, resolveu investir num pequeno mercado no bairro Pinheirinho com 110 metros quadrados.

Mais um hipermercado vem enriquecer esta próspera terra.

O que isto significa? Ressaltamos o cuidado com que foram organizados e conduzidos todos os programas das atividades do grupo Condor.

O comércio tem sido em todas as épocas o propulsor da civilização. Se recuarmos às eras mais remotas, veremos que foi através do comércio que os povos entraram em contato uns com os outros, beneficiando-se reciprocamente com esse intercâmbio, tanto na permuta, como na difusão de conhecimentos úteis.

se considerarmos os fenômenos, para só fixarmos esse exemplo, veremos que se eles foram o povo de comerciantes por excelência, dos velhos tempos, foram, também os plantadores de civilizações.

O comércio exerce no organismo de um povo a função de distribuidor dos bens. É através do comércio que a agricultura e a indústria podem chegar ao consumidor.

É, pois, com imensa satisfação que vemos na inauguração dessa nova loja Condor, mais uma válvula por onde se escoará a riqueza produto do esforço de uma equipe comandada pelo senhor Pedro Joanir Zonta.

Aos seus diretores, organizadores e auxiliares do grupo Condor, os nossos aplausos por essa iniciativa feliz e os votos pelo congresso incessante da Casa à qual dedicam seus esforços.

A nova loja foi inaugurada exatamente no dia de São José.

Para que fique registrado para a posteridade nos Anais da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, transcrevemos a oração a São José:

“Ó glorioso São José, a quem foi dado o poder de tornar possíveis as coisas humanamente impossíveis, vinde em nosso auxílio nas dificuldades em que nos achamos. Tomai sob a vossa proteção a causa que vos confiamos, para que tenha uma solução favorável.

Ó pai muito amado, em vós, depositamos toda nossa confiança. Que ninguém possa jamais dizer que vos invocamos em vão. Já que tudo podeis junto a Jesus e Maria, mostrai-nos que vossa bondade é igual ao vosso poder.

São José, a quem Deus confiou o cuidado da mais santa família que jamais houve, sede o pai e protetor da nossa e impetrai-nos a graça de vivermos e morrermos no amor de Jesus e Maria.

São José do Perpétuo Socorro, rogai por nós que recorremos a vós.”

REQUERIMENTO Nº 530

Senhor Presidente:

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, seja registrado no Anais da Sessão de hoje, votos de congratulações e aplausos à diretoria e funcionários do jornal Diário do Povo, de Pato Branco, em comemoração aos seus 16 anos de fundação, comemorado no dia 22 de março de 2002.

Do aprovado requer ainda, se dê ciência à direção do jornal Diário do Povo, em nome de Delise Guarienti Almeida e André Guarienti Almeida, no endereço: Rua Caramuru, 1267 - CEP 85.501-060 - Pato Branco/PR.

Sala das Sessões, em 25.03.2002.

(a) AUGUSTINHO ZUCCHI

JUSTIFICATIVA:

No dia 22 de março próximo passado, o jornal Diário do Povo comemorou seus 16 anos de fundação com uma grande festa realizada no Clube Pinheiros, em Pato Branco.

Esse importante veículo de comunicação do Sudoeste, reconhecido e consagrado em todo o Paraná por sua ética jornalística, dedicação e trabalho sério, presta relevantes serviços à comunidade, levando a informação, o jornal Diário do Povo cumpre importante papel social, contribuindo para o desenvolvimento e bem-estar da região.

Queremos com o presente, parabenizar a direção, funcionários e colaboradores do jornal Diário do Povo, que com grande mérito jornalístico conquistou a credibilidade de todos.

REQUERIMENTO Nº 541

Senhor Presidente:

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, sejam enviados votos de congratulações à comunidade do município de Rancho Alegre d'Oeste, pelas comemorações alusivas aos 10 anos de emancipação político-administrativa do município, em 22 de março do corrente ano.

Requer ainda, que da decisão, seja dado ciência à prefeitura municipal de Rancho Alegre d'Oeste, pelo seu prefeito senhor Valdinei José Peló (Avenida Paraná, 110 - CEP 87.395-000 - Rancho Alegre d'Oeste-PR) e a Câmara municipal, pelo seu presidente, senhor Arnaldo Iadecola (Avenida Paraná, 672 - CEP 87.395-000 - Rancho Alegre d'Oeste/PR).

Sala das Sessões, em 25.03.2002.

(a) NELSON TURECK

REQUERIMENTO Nº 546

Senhor Presidente:

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o soberano Plenário, a consignação em Ata de votos de congratulações e aplausos aos diretores, sócios e funcio-

nários da Fiasul Indústria de Fio Ltda, pela inauguração das novas instalações, em Toledo, enriquecendo ainda mais a região do Oeste do Paraná.

Requer ainda, que do presente se dê ciência aos diretores da empresa, Augusto José Sperotto, César Della Costa, José da Luz Ochôa e Rainer Zielasko, Av. Ministro Cirne Lima, 2457 Jardim Coopagro - Toledo PR - CEP 85.903-590.

Sala das Sessões, em 25.03.2002

(a) DUÍLIO GENARI

JUSTIFICATIVA:

Ao inaugurar as novas instalações, a Fiasul Indústria de Fios Ltda, dota a cidade de Toledo de um complexo integrado para a produção e comercialização de novos produtos em seu parque fabril.

Com essa iniciativa a Fiasul reafirma seu descortino empresarial, já antes demonstrado por uma reputação consistente de idoneidade e nível de atendimento aos seus clientes.

Fora de qualquer dúvida, de todas as fases por que passou a Fiasul Indústria de Fios Ltda, o período atual caracteriza-se como sendo o mais importante. Não apenas e tão somente pela aquisição de novas máquinas e inauguração de nova fábrica, mas pela mentalidade moderna que cada vez mais ganha corpo e forma cuja essência vem proporcionando respeito e consideração junto à sociedade de uma maneira geral, razões pelas quais merece as congratulações e os aplausos desta Casa de Leis.

REQUERIMENTO Nº 549

Senhor Presidente:

O deputado que este subscreve, no uso de suas atribuições legais e regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, o envio de votos de congratulações ao município de Campina Grande do Sul, pela comemoração de seus 118 anos.

Sala das Sessões, em 25.03.2002

(a) ALGACI TULIO

JUSTIFICATIVA:

O município de Campina Grande do Sul, comemorou em data de 22 de março seus 118 anos. A primeira povoação do atual município, remonta de 1666, fazendo parte do Arraial Queimado (hoje Bocaiúva do Sul) e sua origem é discutida pois, presume-se que tenha sido um arraial de mineradores, já que seu território foi movimentado bem antes das bandeiras exploradoras. De forma lenta e gradual, bem próprio dos padrões da época, Campina Grande do Sul foi crescendo.

Em 18 de abril de 1873 foi criada a Freguesia de Campina Grande, sob a inovação e São João Batista e nesse mesmo ano foi doado o terreno onde ainda hoje se encontra a igreja de seu padroeiro. Em 26 de novembro de 1884, foi criado o município e a instalação deu-se então em 22 de março de 1884, ocasião em que foram empossados os primeiros "Camaristas" de Campina Grande - como eram chamados os membros da Câmara

Municipal. Na ocasião da instalação do município, Campina Grande contava com três distritos policiais.

Em 1939, por Decreto Estadual, sancionado pelo Interventor Manoel Ribas, foi extinto o município de Campina Grande, tornando-se simples distrito, com território jurisdicionado ao município de Piraquara. Nessa época sua denominação foi alterada para Timbu e somente em 07 de fevereiro de 1956 por força da Lei Estadual nº 2593 é que a denominação foi restaurada, voltando a ser Campina Grande, acrescida de "do Sul". Esta denominação origina-se do tupi e significa monte sem vegetação.

Seus habitantes, os campinenses, são pessoas ordeiras e trabalhadoras.

Distantes 31 km da Capital do Estado não se intimidam pela cidade grande - fazem o melhor para ver sua Campina Grande do Sul crescer e tornar-se independente e altaneira. E esse trabalho tem dado os melhores resultados, pois Campina Grande do Sul é um exemplo para o sul do Estado; dedicação e empenho enchem os olhos de seus orgulhosos filhos que a vêem crescer a cada dia.

Parabéns a Campina Grande do Sul pelos seus gloriosos 118 anos - receba o município, através de seu prefeito municipal- Eleriam do Rocio Zanetti, os votos de congratulações do Poder Legislativo do Paraná.

REQUERIMENTO Nº 550

Senhor Presidente:

O deputado que este subscreve, no uso de suas atribuições legais e regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, o envio de votos de congratulações ao município de Guaraqueçaba, pela comemoração de seus 122 anos.

Sala das Sessões, em 25.03.2002

(a) ALGACI TULIO

JUSTIFICATIVA:

O município de Guaraqueçaba comemorou em data de 11 de março seus 122 anos. A história de Guaraqueçaba está inserida nas descobertas de mineradores que povoaram o nosso litoral. Quando Gabriel de Lara, o capitão-povoador descobriu ouro na região, registrou-se uma verdadeira invasão de aventureiros e garimpeiros, que se espalharam pelos mais diferentes lugares. Os missionários jesuítas da Casa das Missões, com sede em Cananéia, fundaram em Superagüi um estabelecimento agrícola com a finalidade de catequizar índios carijós.

A base da povoação foi lançada em 1838, quando foi instituída uma igreja nas proximidades do Morro de Guaitumbê, que foi consagrada a Bom Jesus dos Perdões e abençoada no dia 15 de junho de 1839. Ao redor da capela muitas famílias edificaram suas casas, algumas se dedicaram ao comércio e o lugar foi tomando ares de povoado.

Em 1854 Guaraqueçaba foi elevada à categoria de Freguesia e em 1880, através de Lei Provincial, foi criado o município de Guaraqueçaba, com território desmembrado do município de Paranaguá.

Em 1938, por questões políticas foi extinto o município de Guaraqueçaba e seu território foi novamente anexado a Paranaguá, mas em 10 de outubro de 1947, pela Lei Estadual nº 02, Guaraqueçaba teve seus direitos restaurados, voltando à antiga condição de município emancipado.

Quem visita Guaraqueçaba não a esquece, pois ela guarda muitas das mais belas paisagens do nosso litoral e muito da nossa história. Seus habitantes, os guaraqueçabanos, são pessoas ordeiras e trabalhadoras. Distante 174 km da capital do Estado, não se intimidam pelo tamanho de sua cidade - fazem o melhor para ver sua Guaraqueçaba crescer e tornar-se independente e altaneira. E este trabalho tem dado os melhores resultados, pois a cidade é um exemplo para o litoral do Estado; dedicação e empenho encham os olhos de seus orgulhosos filhos que a vêem crescer a cada dia.

Parabéns a Guaraqueçaba pelos seus gloriosos 122 anos - receba o município, através de seu prefeito municipal, Antonio Felício Ramos Filho, os votos de congratulações do Poder Legislativo do Paraná.

REQUERIMENTO Nº 553

Senhor Presidente:

O deputado que este subscreve, no uso de suas atribuições legais e regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, o envio de votos de congratulações ao Centro de Convivência Menina Mulher - CCMM, pela inauguração de sua nova sede.

Sala das Sessões, em 25.03.2002.

(a) ALGACI TULIO

JUSTIFICATIVA:

O Centro de Convivência Menina Mulher - CCMM, inaugurou sua nova sede no final do mês passado. O CCMM é uma ONG, que atende meninas e mulheres em situação de risco e vulnerabilidade social, com trabalhos de abordagem, oficinas e prevenção às DST's e HIV, cursos semi-profissionalizantes como: informática, corte e costura, cabeleireiro, manicure, pedicure, artesanatos em geral, além de atividades lúdicas e reforço escolar.

Atualmente estão sendo atendidas 40 meninas em situação de risco, entre 7 e 18 anos de idade, na Casa Ligia Bardou, através do Projeto Menina-Mulher, com a oportunidade de condições para ingresso no mercado de trabalho, reingresso na escola e convívio familiar saudável.

O CCMM também beneficia 40 mulheres soropositivas por meio do Projeto Estendendo a Mão, realizando cursos semi-profissionalizantes com o objetivo de reingresso no mercado de trabalho, acesso à assistência médica e psicológica e à reintegração social e familiar.

No CCMM também é desenvolvido o Projeto Sentinela, que desenvolve ações articuladas e especializadas no atendimento a crianças e adolescentes de 0 a 18 anos, sexualmente violentadas.

Os profissionais que integram o quadro funcional do CCMM são altamente qualificados e o atendimento é constante.

Pela inauguração de sua nova sede, receba o Centro de Convivência Menina Mulher (R. Eugênio Parolim, 244 - Parolim - 80220-340 - Curitiba / PR), através de sua presidente, Sra. Valderéz Aparecida Hallú, os votos de congratulações do Poder Legislativo do Paraná.

REQUERIMENTO Nº 540

Senhor Presidente:

O deputado que o presente subscreve, REQUER, após ouvido o Plenário, que sejam enviados votos de parabéns à equipe de delegados e investigadores da 16ª Subdivisão Policial de Campo Mourão, especialmente o delegado, doutor Lindomar Alves Júnior, pela agilidade e competência com que conduziu as investigações para apurar culpados pelo trágico crime ocorrido no município de Boa Esperança, no qual perdeu a vida o conceituado médico Francisco Peixoto Sobrinho.

Requer, ainda, que da aprovação deste, seja dada ciência à 16ª Subdivisão Policial de Campo Mourão, pelo seu delegado-chefe, doutor Roberval Butaccini e doutor Lindomar Alves Júnior (Rua Mamborê, 850 - CEP 87.302-140 - Campo Mourão-PR).

Sala das Sessões, em 25.03.2002.

(a) NELSON TURECK

REQUERIMENTO Nº 523

Senhor Presidente:

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, depois de ouvido o douto Plenário, respeitosamente, REQUER, envio de expediente à secretária de Estado da Educação do Paraná, Alcyone Saliba, solicitando informações sobre os repasses de recursos oriundos da quota estadual do salário-educação efetivamente repassados pelo Estado aos municípios paranaenses no exercício de 2001.

Justifica-se tal solicitação para que esta Casa Legislativa conheça a real situação dos repasses dos referidos recursos aos municípios do Estado.

Termos em que, pede e espera deferimento, nos termos regimentais.

Sala das Sessões, em 25.03.2002.

(a) EDSON STRAPASSON

REQUERIMENTO Nº 525

Senhor Presidente:

O deputado que subscreve o presente, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, que seja encaminhado expediente à Companhia de Saneamento do Paraná - Sanepar, no sentido de atender o pedido da senhora Ziza Isabel Cordeiro dos Santos, residente à Rua Edenilda Martins Leal nº 483, Bairro Novo A - Sítio Cercado, que pede a conclusão de implantação de rede coletora de esgoto na rua em que reside.

Em frente à sua residência existe a rede, faltando do outro lado da rua, sendo que as valetas estão abertas e a erosão vem aumentando a cada dia, além do mau odor insuportável exalado. Pede-se urgência no atendimento do presente.

Se necessário informações complementares, recomendamos contato com a requerente pelo telefone 289-4782.

Sala das Sessões, em 25.03.2002.

(a) LUIZ CARLOS MARTINS

REQUERIMENTO Nº 526

Senhor Presidente:

O deputado que subscreve o presente, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, que seja encaminhado expediente ao Departamento Nacional de Estradas de Rodagem - DNER, no sentido de atender o pedido da senhora Rosilene Kusma Padilha, que pede reparos na BR-116, Km 3,5, em frente ao nº 16.366, onde funciona a Empresa de Molas Kusma.

No local há um enorme buraco, que impede o acesso a essa empresa, causando muitos transtornos e pequenos acidentes, principalmente com os caminhões.

Se necessário, recomendamos contato com a requerente pelo telefone 346-5363.

Sala das Sessões, em 25.03.2002.

(a) LUIZ CARLOS MARTINS

REQUERIMENTO Nº 527

Senhor Presidente:

O deputado que subscreve o presente, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, que seja encaminhado expediente ao Comando da Polícia Militar do Paraná, no sentido de atender o pedido dos moradores da Rua Cerro Azul - Vila São José - município de Colombo, que pedem policiamento ostensivo nas imediações da Vila Zumbi, tendo em vista que as pessoas são assaltadas diariamente. O local é muito perigoso e necessita urgentemente de policiamento.

Sala das Sessões, em 25.03.2002.

(a) LUIZ CARLOS MARTINS

REQUERIMENTO Nº 551

Senhor Presidente:

Observadas as disposições regimentais, o adiante nominado, deputado com assento nesta Casa de Leis, REQUER à Mesa o envio de correspondência ao Exmo. Sr. presidente da República; ao presidente do Senado e ao presidente da Câmara dos Deputados, solicitando a restauração da obrigatoriedade disposto na Lei 9.045, de 10 de fevereiro de 1998, para que as editoras permitam a reprodução das obras por imprensa braile ou centros de produção de braile, desde que haja concordância dos autores e sem ônus.

A Lei 9045, de 10 de fevereiro de 1998, revogada pela Lei 9610, de 19 de fevereiro de 1998. A lei revogada regula os direitos autorais, entendendo-se sob esta denominação os direitos de autor e os que lhes são conexos. Com a revogação da sobredita lei, muitas editoras resistem em conceder o material em modo magnético (para que possa ser impresso em braile ou ouvido por meio de síntese de voz).

Essa situação ofende a Constituição Federal no que se refere à proteção e integração social da pessoa portadoras de deficiência.

A acessibilidade dos portadores de deficiência às obras editadas no país ficou prejudicada e é preciso oferecer alternativas a essa parcela da população.

Muitos estudantes ficam impossibilitados de acompanhar o ensino regular, porque não têm condições de ler os livros como os demais integrantes da turma, ficando dependentes da boa vontade dos colegas.

No ensino médio são poucos os livros didáticos transcritos para o método braile. No ensino superior a situação é ainda pior.

Em razão do exposto, é imprescindível garantir aos portadores de necessidades especiais acesso à cultura, da qual o livro é uma das formas mais ricas.

Sala das Sessões, em 25.03.2002.

(a) ANTONIO CARLOS BELINATI

REQUERIMENTO Nº 531

Senhor Presidente:

O deputado que o presente subscreve, REQUER, após ouvido o douto Plenário, seja enviada correspondência ao Exmo. Sr. Wilson Justus, secretário de Estado dos Transportes, solicitando com urgência, a recuperação asfáltica da PR-460, trecho Rio Muquilha - Pitanga, que se encontra em precárias condições.

Sala das Sessões, em 25.03.2002.

(a) NELSON TURECK

JUSTIFICATIVA:

Uma das mais importantes rodovias que interligam regiões altamente produtivas ao Anel de Integração com destino ao Porto de Paranaguá, a PR 460 trecho Rio Muquilha - Pitanga, apresenta precárias condições de tráfego, causando enormes prejuízos tanto materiais (aos veículos) como de tempo, retardando o percurso, além de colocar em risco vidas que inúmeras submetem-se ao perigo deste trecho.

É, portanto, absolutamente mister a recuperação deste trecho da PR-460.

REQUERIMENTO Nº 532

Senhor Presidente:

O deputado que o presente subscreve, REQUER, após ouvido o douto Plenário, seja enviada correspondência ao exmo. Sr. Wilson Marchetti, diretor-presidente da Concessionária Viapar solicitando que sejam tomadas medidas urgentes no sentido de recuperar as faixas chamadas de acostamento da BR-487 no trecho Trevo de

Acesso a Campo Mourão ao Viaduto do Contorno de Campo Mourão.

Sala das Sessões, em 25.03.2002.

(a) NELSON TURECK

JUSTIFICATIVA:

É de extrema necessidade que medidas urgentes sejam tomadas no sentido de recuperar, limpar, roçar e sinalizar as margens da BR-487, principalmente no trecho acima mencionado, pois por ele transitam ciclistas e pedestres que se deslocam às indústrias que existem nesta rodovia, bem como o acesso à Coamo e à Usina Mourão, disputando espaço perigosamente com os chamados "Treminhões Canavieiros", além do fluxo enorme de veículos que normalmente por esta rodovia trafegam.

Vários acidentes ali já aconteceram, tirando vidas ou deixando graves seqüelas em pessoas e marcas irreparáveis nas famílias. É portanto absolutamente mister que as medidas aqui pedidas sejam tomadas para, senão por fim, pelo menos oferecer o mínimo de segurança necessária aos trabalhadores que diuturnamente usam aquele perigoso trecho.

Projetos de Lei:

PROJETO DE LEI Nº 141/2002

A Assembléia Legislativa do

Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º - Fica autorizado o Poder Executivo Estadual a efetuar a doação para a Prefeitura Municipal de Barbosa Ferraz-PR, de uma área de terras de sua propriedade, da planta geral da cidade de Barbosa Ferraz-PR, com área total de 11.025m², devidamente matriculado sob o nº 6.560 do Livro 2 - Registro Geral; do 2º Ofício de Registro de Imóveis da Comarca de Campo Mourão-PR.

Parágrafo Único - O imóvel a que se refere o artigo 1º desta lei, será utilizado pela Prefeitura Municipal de Barbosa Ferraz para construção de uma quadra poliesportiva coberta no Colégio Estadual Barbosa Ferraz.

Art. 2º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 25.03.2002.

(a) NELSON TURECK

JUSTIFICATIVA:

A presente doação deste lote de terras destina-se a construção de uma quadra poliesportiva coberta para o Colégio Estadual Barbosa Ferraz, um dos mais antigos do município, e que ainda não possui uma quadra coberta para que os alunos e a comunidade em geral possam praticar atividades esportivas.

Por esta e tantas outras razões é que conclamamos aos nobres pares desta augusta Casa de Leis para que dêem o seu aval a tão justo pleito.

PROJETO DE LEI Nº 142/2002

A Assembléia Legislativa do

Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º - Declara de Utilidade Pública Estadual a Associação Comunitária dos Produtores Rurais de Palmital do 43 - Apropal-43, com sede e foro no município de Roncador, comarca de Campo Mourão-PR.

Art. 2º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 25.03.2002.

(a) NELSON TURECK

JUSTIFICATIVA:

A Associação Comunitária dos Produtores Rurais de Palmital do 43 - APROPAL-43, com sede na localidade de Palmital do 43, Estrada Roncador do Palmital do 43, km 18, no município de Roncador, comarca de Campo Mourão-PR, é uma sociedade civil, com prazo de duração por tempo indeterminado, que tem por finalidade a realização das seguintes atividades:

a) criar meios de exercer atividades de industrialização e comercialização de produtos de reutilização de embalagens e materiais plásticos;

b) estimular o aumento da produtividade agrícola e agropecuária de seus associados;

c) promover e contribuir para a formação e desenvolvimento da vida comunitária da comunidade;

d) representar e defender os interesses dos associados em reuniões, assembleias, encontros junto aos órgãos e poderes;

e) promover e contribuir para o desenvolvimento humano, cultural, social, econômico e o bem-estar social da comunidade;

f) receber e distribuir recursos e espécies de benefícios para os associados;

g) colaborar com os Poderes Públicos, conselhos e outras entidades existentes na comunidade e no município;

h) estudar as condições sociais, econômicas, sanitárias e assistências dos associados.

PROJETO DE LEI Nº 143/2002

A Assembléia Legislativa do

Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º - Declara de Utilidade Pública Estadual a Associação Comunitária dos Produtores Rurais da Barriquinha, com sede e foro no município de Roncador, comarca de Campo Mourão-PR.

Art. 2º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 25.03.2002.

(a) NELSON TURECK

JUSTIFICATIVA:

A Associação Comunitária dos Produtores Rurais da Barriquinha, com sede na localidade de Barriquinha,

s/n, Estrada Roncador a Barriquinha, km 02, no município de Roncador, comarca de Campo Mourão-PR, é uma sociedade civil, com prazo de duração por tempo indeterminado, que tem por finalidade a realização das seguintes atividades:

- a) criar meios de exercer atividades de industrialização e comercialização de produtos de reutilização de embalagens e materiais plásticos;
- b) estimular o aumento da produtividade agrícola e agropecuária de seus associados;
- c) promover e contribuir para a formação e desenvolvimento da vida comunitária da comunidade;
- d) representar e defender os interesses dos associados em reuniões, assembléias, encontros junto aos órgãos e poderes;
- e) promover e contribuir para o desenvolvimento humano, cultural, social, econômico e o bem-estar social da comunidade;
- f) receber e distribuir recursos e espécies de benefícios para os associados;
- g) colaborar com os Poderes Públicos, conselhos e outras entidades existentes na comunidade e no município;
- h) estudar as condições sociais, econômicas, sanitárias e assistências dos associados.

PROJETO DE LEI Nº 144/2002

A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º - Declara de Utilidade Pública Estadual a Associação do Assentamento Nossa Senhora Aparecida, com sede e foro no município de Roncador, comarca de Campo Mourão-PR.

Art. 2º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 25.03.2002.

(a) NELSON TURECK

JUSTIFICATIVA:

A Associação do Assentamento Nossa Senhora Aparecida, com sede na localidade de Assentamento Barro Preto, s/nº, km 11, no município de Roncador, comarca de Campo Mourão-PR, é uma sociedade civil, sem fins lucrativos, com prazo de duração por tempo indeterminado, que tem por finalidade a realização de caráter social, recreativa e administrativa, e não tomará parte em manifestações de caráter político, racial, religioso e de classe.

PROJETO DE LEI Nº 145/2002

A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º - Declara de Utilidade Pública Estadual a Associação Comunitária dos Produtores Rurais Getúlio

Vargas, com sede e foro no município de Roncador, comarca de Campo Mourão-PR.

Art. 2º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 25.03.2002.

(a) NELSON TURECK

JUSTIFICATIVA:

A Associação Comunitária dos Produtores Rurais Getúlio Vargas, com sede na localidade de Rio Bonito, s/nº, km 08, no município de Roncador, comarca de Campo Mourão-PR, é uma sociedade civil, com prazo de duração por tempo indeterminado, que tem por finalidade a realização das seguintes atividades:

- a) criar meios de exercer atividades de industrialização e comercialização de produtos de reutilização de embalagens e materiais plásticos;
- b) estimular o aumento da produtividade agrícola e agropecuária de seus associados;
- c) promover e contribuir para a formação e desenvolvimento da vida comunitária da comunidade;
- d) representar e defender os interesses dos associados em reuniões, assembléias, encontros junto aos órgãos e poderes;
- e) promover e contribuir para o desenvolvimento humano, cultural, social, econômico e o bem-estar social da comunidade;
- f) receber e distribuir recursos e espécies de benefícios para os associados;
- g) colaborar com os Poderes Públicos, conselhos e outras entidades existentes na comunidade e no município;
- h) estudar as condições sociais, econômicas, sanitárias e assistências dos associados.

PROJETO DE LEI Nº 146/2002

A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º - Declara de Utilidade Pública Estadual a Associação Comunitária dos Produtores Rurais de Vista Alegre - Florindo, com sede e foro no município de Roncador, comarca de Campo Mourão-PR.

Art. 2º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 25.03.2002.

(a) NELSON TURECK

JUSTIFICATIVA:

A Associação Comunitária dos Produtores Rurais de Vista Alegre - Florindo, com sede na localidade de Vista Alegre, km 12, no município de Roncador, comarca de Campo Mourão-PR, é uma sociedade civil, com prazo de duração por tempo indeterminado, que tem por finalidade a realização das seguintes atividades:

- a) criar meios de exercer atividades de industrialização e comercialização de produtos de reutilização de embalagens e materiais plásticos;
- b) estimular o aumento da produtividade agrícola e agropecuária de seus associados;
- c) promover e contribuir para a formação e desenvolvimento da vida comunitária da comunidade;
- d) representar e defender os interesses dos associados em reuniões, assembléias, encontros junto aos órgãos e poderes;
- e) promover e contribuir para o desenvolvimento humano, cultural, social, econômico e o bem-estar social da comunidade;
- f) receber e distribuir recursos e espécies de benefícios para os associados;
- g) colaborar com os Poderes Públicos, conselhos e outras entidades existentes na comunidade e no município;
- h) estudar as condições sociais, econômicas, sanitárias e assistências dos associados.

PROJETO DE LEI Nº 147/2002

A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º - Ficam isentos do pagamento de taxa de permanência de veículos em pátios do Departamento Estadual de Trânsito - Detran e/ou Departamento de Estrada e Rodagem - DER, os proprietários de veículos que tenham regularizado suas multas nesses órgãos.

Art. 2º - O benefício desta lei estender-se-á pelo prazo de 180 (cento e oitenta) dias, contados da data da publicação desta lei, podendo ser prorrogado esse prazo por igual período, a critério dos respectivos órgãos estaduais.

Art. 3º - O Departamento Estadual de Trânsito e o Departamento de Estrada e Rodagem, nas suas respectivas áreas de atuação, baixarão normas para cumprimento desta lei, no prazo máximo de 30 (trinta) dias, contados da data da publicação desta lei.

Art. 4º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 25.03.2002.

(a) RICARDO MAIA

JUSTIFICATIVA:

Muitos usuários têm dificuldades financeiras para pagar taxas de multas de trânsito de veículos e de permanência desses veículos nos pátios do Detran e do DER.

Dessa forma, o Poder Público estadual deixa de arrecadar pelo menos, parte dessas taxas, principalmente as de multas de trânsito, tendo em vista que os veículos estão retidos em pátios por falta de pagamento dessas taxas.

Isentar usuários da cobrança de taxas de permanência de veículos em pátios do Detran ou do DER contribui para que o Governo do estado tenha, com a arrecadação de multas, pelo menos uma receita de arrecadação imediata, beneficiando o Estado e os municípios.

A Constituição do Estado do Paraná, ao conferir atribuições específicas à Assembléia Legislativa, assim se expressa em seu artigo 53 e incisos:

“Art. 53 - Cabe à Assembléia Legislativa, com a sanção do Governo do Estado, a qual não é exigida, no entanto, para o especificado no artigo 54, dispor sobre todas as matérias de competência do Estado, especialmente:

I -(*omissis*).....

II -(*omissis*).....

III - tributos, arrecadação e distribuição de rendas.”.

Estribado na competência deste Poder em legislar sobre a matéria em questão, apresenta-se o presente projeto de lei para análise dos senhores parlamentares e posterior votação.

Daí as razões deste projeto.

PROJETO DE LEI Nº 148/2002

A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º - Fica o Poder Executivo autorizado a repassar, até a efetiva estadualização da instituição, autorizada pela Lei nº 13.385, de 21 de dezembro de 2001, o valor correspondente ao custo-aluno à Faculdade Intermunicipal do Noroeste do Paraná - Facinor.

Art. 2º - A verba correspondente será repassada, mensalmente, à Facinor.

Art. 3º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 25.03.2002.

(a) LUIZ ACCORSI

JUSTIFICATIVA:

Estamos apresentando a presente proposição com o objetivo de proporcionar recursos para a manutenção da Faculdade Intermunicipal do Noroeste do Paraná - Facinor, enquanto não ocorrer a estadualização da instituição, autorizada pela Lei nº 13385, de 21 de dezembro de 2001.

Sendo assim, esperamos contar com o apoio dos nobres pares para a aprovação do presente plano de lei.

PROJETO DE LEI Nº 149/2002

A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º - Fica autorizada a construção da Pequena Central Hidrelétrica denominada Itaguaçu, localizada no

Rio Pitanga, coordenadas UTM 726888,335N e 447469,652E.

Art. 2º - A construção da Pequena Central Hidrelétrica mencionada no artigo anterior dependerá da aprovação de projeto técnico de impacto ambiental para autoridade competente, nos termos do artigo 209 da Constituição do Estado do Paraná.

Art. 3º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 25.03.2002.

(a) CEZAR SILVESTRI

JUSTIFICATIVA:

O presente plano de lei autoriza a construção da Pequena Central Hidrelétrica denominada Itaguaçu, localizada no Rio Pitanga.

A implantação de pequenas usinas hidrelétricas interligadas ao sistema elétrico constitui uma alternativa de aproveitamento de energia no Estado do Paraná.

O artigo 209 da Constituição do Estado do Paraná dispõe que “observada a legislação federal, a construção de centrais termoeletricas e hidrelétricas dependerá de projeto técnico de impacto ambiental e aprovação da Assembléia Legislativa...”.

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

Não há oradores inscritos no Pequeno e nem no Grande Expediente.

Horário das Lideranças: PL, PSC, PSL, PPS.

(**Declinaram**)

PDT. Concedo a palavra ao deputado Luiz Carlos Zuk.

O SR. LUIZ CARLOS ZUCK

Senhor presidente, senhores deputado.

No último dia da semana passada, estivemos no vizinho município de Cândido de Abreu, terra que o deputado Orlando Pessuti tem como uma de suas bases eleitorais há muitos anos.

Nós, mesmo sendo de oposição ao governo do Estado, temos o dever de relatar os fatos que ali ocorrem.

O Governo do Paraná, insensível, é, principalmente, relapso na ligação de Porteira Grande - Reserva Cândido de Abreu; Cândido de Abreu-Manoel Ribas e ao Vale do Ivaí. Faz com que aquela mostra que ali está estampada, onde o presidente Hermas Brandão tem uma das suas propriedades agrícolas, e é testemunha do que estamos falando, que só falta plantar bananeiras nos buracos que tem no rodovia que liga Porteira Grande-Reserva e Reserva-Cândido de Abreu.

Acredito, Orlando Pessuti, V. Exa. que conhece de perto, a produção que poderá dar as bananeiras que ali poderão ser plantadas. Teremos a vergonha estabelecida ao Governo do Paraná pela situação precária e insustentável que se encontra aquele principal elo de ligação com a

rodovia que liga a exportação agrícola daquele pedaço do Paraná ao Porto de Paranaguá.

Para se deslocar nesse trecho, se não tiver cuidado e habilidade no volante não consegue chegar. Mais ainda de Cândido de Abreu, que dobra a quantidade de buraco e a intransitabilidade das estradas com qualquer veículo. Verificamos inúmeras carroças andando no leito da rodovia, porque parece que vai ser o único meio de transporte, se a Secretaria do Governo do Estado não tomar providências.

Abriu buracos de 1, 2, 3, 4, 5, 6 metros, enfim diversos metros de asfalto que não existe! Buracos de 10, 20, 30, 40, 50 cm de profundidade!

Existe o que queiram ver em matéria de desleixo de uma rodovia que foi o exemplo; que foi o meio pelo qual os governos passados se orgulhavam daquela ligação feita e hoje é uma das vergonhas da malha rodoviária do Estado do Paraná.

Estou entrando com um requerimento, e o deputado Orlando Pessuti já o fez nesta tribuna, através de pedido escrito, infelizmente não atendido, e mais uma vez nós aqui estamos e acredito que nos somamos ao presidente da Casa que tem um interesse, não pela propriedade que possui em reserva, mas, principalmente, pelos eleitores que ele tem, como sendo o deputado mais votado de Reserva. O ilustre presidente Hermas Brandão fez mais de quatro mil votos em Reserva e acredito que vai fazer muito mais votos do que esses, e acreditamos que ele se soma, principalmente com o povo sofrido dessa região e com a desatenção que nós já ouvimos, do deputado Basílio Zanusso naquela tribuna e do deputado Edno Guimarães, quando relatava que outro espaço do Paraná também assim se encontra, mas, principalmente esse aqui de Porteira Grande, de Reserva, Cândido de Abreu, que é tão pertinho.

Queria, ao finalizar as minhas palavras convidar S. Exa. o governador Jaime Lerner, deputado Hermas Brandão, e com o seu convite acredito que ele não vai recusar, para chegar de helicóptero em Porteira Grande e ter a coragem de subir em um automóvel e ir até Reserva e Cândido de Abreu, para ver que realmente aquela propaganda sua em questões de estradas do Paraná, não condiz com a verdade e a realidade que nós enfrentamos.

Obrigado, senhor presidente.

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

Respondendo a V. Exa., ontem ainda fui a Reserva, era aniversário daquela cidade, onde se abriam os festejos às 21h00, e nós anunciamos, em praça pública, a licitação da Porteira Grande até Três Bicos, porque, após Três Bicos, a empresa está se instalando; vai de Três Bicos até Manoel Ribas, e o governo do Estado está fazendo licitação. Não estou defendendo o governo, estou falando sobre a minha região. Já na quarta-feira será a licitação. Tem 12 milhões de reais para recuperação daquela estrada.

Então, dentro de pouco tempo, V. Exa., assim como eu, poderá passar num asfalto tranqüilo, sem qualquer buraco.

Consulto a Liderança do PT, se fará uso do seu horário.

Com a palavra, o deputado Ângelo Vanhoni.

O SR. ÂNGELO VANHONI

Senhor presidente, deputado Hermas Brandão; senhoras e senhores deputados.

Uso a tribuna hoje para fazer questionamentos a respeito de uma matéria veiculada no jornal Gazeta do Povo, no dia de ontem, dia 24 de março, na seção Brasil:

Diz o subtítulo da matéria: “Sudam - Ministério Público Federal abre amanhã no Tocantins a caixa preta da corrupção.”

Depois o título da matéria diz o seguinte: “Procurador admite validade das garantias da Usimar”. Diz, ainda, mais à frente: “Governo do Estado deve um bilhão por desapropriação ilegal de mil oitocentos e noventa e seis.”

Isso tudo, segundo a matéria, que é de uma entrevista do jornalista Renan Antunes de Oliveira, da Gazeta do Povo, que traz uma caricatura, uma fotografia, um desenho a lápis da figura do procurador geral do Estado do Paraná.

Acho que agora começa a ficar um pouco mais clara essa operação envolvendo a Sudam, o Maranhão, o governo do Paraná e os empresários paranaenses, sobretudo o senhor Teodoro Uberne, que é um empresário da metalurgia aqui na Cidade Industrial de Curitiba.

Pelo que se depreende da matéria, a Sudam financiou um projeto, aprovado em uma reunião do Conselho da Sudam, envolvendo sete governadores do Norte e do Nordeste do nosso País, que foi aprovado, pelo que se diz, meio às pressas, ninguém sabe ainda direito. Comenta-se que o Ministério da Fazenda teria uma nota técnica questionando esse empreendimento e, no entanto esse questionamento não foi apresentado para o governador da época.

A atual governadora do Maranhão, era presidente nesse momento, porque foi lá no Maranhão que se reuniu. Comenta-se que o senhor Jorge Murad, marido da governadora, fez gestões nos bastidores, enfim nos meandros das reuniões, para que o projeto fosse aprovado.

As notícias a respeito desse projeto, já são de conhecimento público do nosso país. Na Rede Globo e em outras emissoras de televisão, jornais e as revistas, os periódicos da linguagem escrita, deram farta notícia.

Trata-se de um financiamento de um bilhão, trezentos e oitenta milhões, que a Sudam liberou quarenta e cinco milhões, mais ou menos, e desses recursos liberados, nenhum centavo, apenas algumas pilastras, um barracão e uma cerca, foram construídos, lá no Maranhão!

O projeto é de construção de uma fábrica de autopeças.

E eu lembro que em alguns jornais, na Folha de São Paulo e alguns outros jornais, como a revista Veja e outras revistas, saiu uma comparação desse investimento.

A Renault aqui do Estado do Paraná, que tem capacidade para produzir perto de 100 mil veículos-ano, agora inaugurou uma fábrica de motores e a Renault teve um investimento na ordem do perto de 700, 800 milhões de reais.

Hoje, os investimentos foram acrescidos, na época de dólares. Foram acrescidos em função da ampliação da fábrica.

A Volkswagen, parece que a ordem era de 500 milhões de dólares, o investimento.

A Toyota e a Honda, em Indaiatuba, São Paulo, o investimento inicial para implantação da fábrica, foi na ordem de 250, 300 milhões de dólares.

E nós estamos falando de uma fábrica de autopeças no Maranhão, no valor de um bilhão, trezentos e oitenta milhões!

Esse senhor, o Teodoro Hubner, não lembro da onde presenciei, logo que saíram as notícias, eu lembro que ele afirmou que o financiamento teria lastro, porque teria créditos tributários a receber do Governo do Estado do Paraná.

No pedido de informações que nós colocamos aqui na Assembléia, que foi derrubado, queria saber de onde que poderiam vir esses recursos.

Agora, o procurador geral do Paraná, vem a público, dizendo de onde se tratam esses recursos.

Na realidade, se não me falha a memória, está escrito aqui, ontem o procurador Júlio César Ribas Bueng, da Procuradoria Geral do Estado, revelou que o Governo do Paraná perdeu na Justiça Federal, para um grupo de seis pessoas, uma ação cujo valor pode superar um bilhão de reais. Créditos de 700 milhões decorrentes da sentença, comprados por Hubner, com deságio em data e por valor ainda não revelados.

Esses créditos foram oferecidos como contrapartida da Usimar ao financiamento oficial da operação.

Pelo que eu sabia, conheço muito pouco os precatórios devidos pelo Paraná, mas um precatório nesta ordem, se não me falha a memória, só pode ser em relação àquele da central de linhas, da Central do Paraná, e que o credor é o empresário Cecílio do Rego Almeida.

E pelo volume de recursos, tenho a impressão que devem ser esses precatórios que já foram inscritos no orçamento do Estado de dois anos atrás e não foram pagos; parece-me que não foram pagos, e que agora estariam envolvidos nessa operação da Usimar.

Acho que isso deveria ser melhor esclarecido, mas o que há de mais grave na afirmação da matéria é o seguinte trecho: “não se sabe ainda qual é a participação exata de Hubner no episódio; ele não dá entrevistas. Mesmo dono, sabe-se que ele cuidava apenas da parte técnica da Usimar, deixando as decisões financeiras, os detalhes financeiros com o diretor financeiro, Valmor Fellipeto, e o representante do Maranhão, Aldenor

Rebouças”. O Aldenor Rebouças é quem está implicado no processo do ex-presidente do Congresso Nacional, Jader Barbalho. Esse Aldenor Rebouças, dono de uma consultoria que agenciava contratos na Sudam, contratos esses que não se realizaram e teria indícios que esse Aldenor Rebouças enviava o dinheiro, fruto de operação ilícita, ilegal, para paraísos financeiros no resto do mundo.

O que é mais grave! Vejam só o que diz o procurador geral do Estado do Paraná: “a Usimar não parece ser tão inviável como as análises até agora apresentadas fazem supor, fazem crer. Seu custo de 1,38 bilhões está dimensionado para exportação. Hubner é um dos poucos empresários brasileiros do setor metalmeccânico com conhecimento suficiente para o projeto. Ele é um torneiro mecânico qualificado, aprendeu a profissão com o pai em uma fábrica de carroças no interior de Santa Catarina, mudou-se para Curitiba em 1967, estudou no Senai e depois no Centro Federal de Educação Tecnológica (Cefet) no ano de 1974 a 1980”.

Ora, eu posso concordar que o Sr. Hubner seja um homem inteligente, capaz, como eu acredito que seja de verdade, mas o que me estranha é o procurador geral do Estado do Paraná vir à Gazeta do Povo, quando o Brasil inteiro se questiona, a Fiesp de São Paulo, nenhuma entidade do Brasil inteiro se colocou em defesa do projeto da Usimar no Maranhão, seja pela distância, seja sua viabilidade econômica, seja pela viabilidade técnica, eu não assisti nesses últimos trinta dias um único quadro competente de qualquer organismo nacional se colocar, do ponto de vista técnico, na defesa do projeto da Usimar, e olha que esse projeto foi duramente debatido em todos os canais e em toda a imprensa do Brasil. Agora, o procurador geral do Estado, que não é metalúrgico, que não é presidente de nenhuma entidade metalúrgica, que não tem nenhuma relação do ponto de vista técnico e do ponto de vista administrativo com o projeto da Usimar, vem à Gazeta do Povo defender a viabilidade do projeto da Usimar de 1,38 bilhões de reais lá no Maranhão! Alguma coisa estranha tem aí nesse episódio!

Acho que o procurador geral do Estado, como se trata de créditos que o Estado do Paraná teria que pagar a credores e etc que estão envolvidos nesse processo, acho que o procurador deve conhecer muito mais do que ele está afirmando aqui nesta pequena entrevista. Então, eu acho que seria muito bom que a Assembléia Legislativa convocasse o procurador para vir discorrer um pouco mais a respeito do projeto que, não importa se é lá no Maranhão, se ajuda, se é viável, se é bom para o Brasil, acho que todos nós podemos apoiá-lo, mas parece-me, tenho a impressão que o procurador tem um conhecimento maior do que podemos supor lendo as entrevistas, as publicações que noticiaram os problemas relativos à Usimar.

Então, estou aqui pedindo a sua convocação e um pedido de informações, para que venha a explicar primeiro a parte contábil, financeira, que créditos são esses,

quanto devia, qual é a ação, como é que foi fundado esse processo, com quem o Sr. Hubner e o Sr. Rebouças trataram dessas coisas, se tem a ver apenas com empresário privado, se é de fato o problema relativo ao precatório do Sr. Cecílio do Rego Almeida, se não é, se o governo do Estado tem alguma implicação, se não tem, e quais as razões que fazem o procurador geral do estado acreditar na viabilidade técnica, financeira, do projeto da Usimar, porque a primeira figura que eu vi até hoje vindo na defesa é o procurador geral do Estado do governo do Estado do Paraná, o Sr. César Ribas Boeing (?) que veio defender o projeto da Usimar, lá no Maranhão.

Acho que esse senhor tem que vir a Assembléia dar uma conversada conosco para explicar melhor, porque pode ser que tenha razões que nós desconhecamos e que ele conhece para que a gente tenha uma certeza maior a respeito dos fatos.

Era isto, senhor presidente, senhores deputados.

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

PTB (**declina**).

PMDB. Com a palavra, o deputado Orlando Pessuti.

O SR. ORLANDO PESSUTI

Senhor presidente, a nossa conversa vai ser bem mais curta do que a do Vanhoni, até porque a preocupação de vir à tribuna hoje era basicamente pelos mesmos motivos que ele veio, de comentar e fazer uma análise acerca dessa admissão que faz o procurador com referência a essas garantias que foram oferecidas pela família Ritner no projeto de implantação da Usimar lá no Maranhão. Realmente é um assunto novo.

Até então, nesta Casa, se falava a respeito da participação, do envolvimento do Paraná no projeto Usimar com os incentivos fiscais ofertados, colocados pela Copel nesse projeto. Agora nós estamos vendo que o Paraná está envolvido nesse processo todo a partir do momento em que o Sr. Teodoro Hubner oferece como garantia desse empreendimento um precatório que ele possui, um título precatório avaliado em torno de um bilhão de reais!

Então, é uma situação no mínimo um pouco esquisita, porque até o presente momento nada se falava a respeito disso e de repente o assunto surge nas páginas da Gazeta do Povo e traz preocupação a todos nós e é válido o requerimento do deputado Ângelo Vanhoni que propõe a vinda do procurador do Estado a esta Casa para que dê realmente satisfação acerca dessa desapropriação que houve, desse processo que houve e que tramita na Justiça desde 1986, quer dizer, há mais de cem anos esse assunto vem sendo discutido nos tribunais e agora se transformou num precatório, e esse precatório teria sido adquirido com uma vantajosa defasagem, um vantajoso deságio pela família Ritner e esse precatório daí ofertado como garantia ao financiamento obtido para implantação da Usimar!

Então, tem algumas coisas aí que são um tanto obscuras e nós, os paranaenses, que já temos levado um ferro danado com relação a precatórios, é bom que a gente fique meio de antena ligada.

Então, estamos de acordo com o deputado Vanhoni para que o procurador possa vir aqui prestar mais esclarecimentos acerca dessa ação que já foi perdida pelo Estado e que agora lhe resta ajudar um pouquinho mais, pagando um precatório de um bilhão.

A outra coisa que me chamou a atenção e que eu vim à tribuna no dia de hoje é até em somatória a tudo isso: ontem, lendo o artigo escrito pelo Dr. Antonio Ermínio de Moraes eu me apercebi que valeu a luta que a Assembléia Legislativa fez no ano de 1999, quando aprovou a política estadual de gerenciamento de recursos hídricos e naquele momento a Assembléia não permitiu que se cobrasse a água dos produtores rurais.

Então, no artigo escrito pelo Dr. Antonio Ermínio de Moraes que estava também no jornal Gazeta do Povo de ontem, a gente pode ver em cima de tudo aquilo que ele escreveu que nós estamos certos e que estamos corretos até de não permitir que se cobrasse água do produtor rural, porque aquilo que se arrecada com a cobrança dessa água é tão insignificante que de repente não vale o papel que está se utilizando para cobrar e cria-se terrivelmente um clima em cima dos produtores que não se justifica.

O que nós temos que fazer, é criar um clima de convencimento, um clima de conscientização para que o produtor passe a ser aliado na restauração das matas ciliares, na proteção das nossas nascentes, dos nossos mananciais, e não ir atrás de ficar taxando, taxando e taxando.

O Dr. Antonio Ermínio de Moraes encerrou o seu artigo dizendo - olha, daqui a pouco vão também taxar o ar que nós consumimos. E fazia a consideração, era o fato da CPMF, ele disse - lá atrás, quando começou o CPMF, era um percentualzinho de nada, o Cofins que também não era nada, hoje está 3%. Então, começa com valores insignificantes e depois vai se aumentando, vai aumentando até chegar a valores proibitivos.

Nós temos consciência de que precisamos realmente fazer um trabalho muito grande no sentido de preservarmos o ambiente que vivemos, recuperarmos as matas ciliares, proteger as nossas nascentes os nossos mananciais, fazer, enfim, um trabalho de conscientização, de convencimento, um trabalho de parceria com nossas indústrias, com nossos agropecuaristas, com nossas instituições todas, porque se nós não cuidarmos do ambiente em que vivemos, daqui a pouco nós não vamos mais ter ambiente para viver. Entendi pessoalmente que a nossa medida de, num primeiro momento não se taxar a cobrança da água, ela pode vir até como uma medida salutar para que possamos ter o apoio daqueles que hoje possam estar poluindo, mas que numa ação nossa poderão amanhã não estar poluindo, até contribuindo pela recuperação.

O Sr. Neivo Beraldin

Permite um aparte, deputado?

(Assentimento)

Muito obrigado pelo aparte, deputado Orlando Pessuti.

Vossa Excelência é daqueles deputados que compõem esta Casa que exerce o mandato com muito brilhantismo e também tem perfeita noção da questão ambiental porque está sempre acompanhando o movimento.

Eu gostaria de lembrar a V. Exa. que também com o seu apoio e demais pares na Casa, nós saímos na frente criando a Lei do ICMS Ecológico. Veja que em 92 tínhamos 52 municípios que podiam se credenciar a receber o ICMS Ecológico. Hoje nós temos 219 municípios; foram criadas mais de 400 áreas ambientais porque nós criamos uma lei que dá uma compensação aos municípios que preservam o meio ambiente. Nós encontramos uma alternativa no sentido de compatibilizar o crescimento econômico com a preservação ambiental.

No entanto, deputado Pessuti, V. Exa. falava no artigo do empresário Antonio Ermínio de Moraes; - amanhã, nós da Comissão de Meio Ambiente e Ecologia, iremos até Mandirituba para vermos aonde o município de Curitiba e região metropolitana querem depositar o seu lixo, o qual seja, a nova Caximba será lá em Mandirituba, exatamente aonde tem uma grande floresta de pinheiros, de nascentes de rio, e sabem quem vai depositar o lixo? É um grupo privado que vai ganhar uma concessão por 25 anos, para que, junto na tarifa da água, venha a cobrança do quilo de lixo que nós temos. Hoje é um precinho, digamos, o dobro do que é hoje, vamos dizer assim, chutando por cima, daqui a três anos é cinco vezes mais do que pagamos hoje, daqui a seis anos é dez vezes maior do que pagamos hoje. O Estado se omite de ir buscar uma área para depositar o lixo, da nossa Curitiba e região metropolitana e entrega a tarifa para um grupo privado. Com qual interesse? Quanto por cento será o poder excedente, que vai conceder essa empresa? Vai levar por fora, para dar essa concessão? Até onde vamos parar? Onde o Estado se omite da sua obrigação fundamental e repassa a tarefa para a iniciativa privada, que com o chicote pesado, vai ao lombo do trabalhador da nossa Curitiba e da região metropolitana? Até quando vamos presenciar, pacificamente, isso?

Aproveitando o seu aparte, convido todos os membros da Comissão do Meio Ambiente, para que juntos, amanhã, às nove horas, partiremos para Mandirituba, para ver onde querem e onde pretendem os empresários fazer a nova Caximba, se o Estado, através do IAP, vai estudar ou vai lhe dar a concessão.

O SR. ORLANDO PESSUTI

Agradeço o seu aparte, deputado Neivo.

Já de imediato informo a V. Exa. que não poderei estar integrado à comitiva, porque amanhã, neste mesmo horário, às nove horas, junto com os demais membros da

Comissão Parlamentar de Inquérito dos Alimentos, estaremos ouvindo três grandes redes de supermercados: o Sonae, o Carrefour e o Wall Mart.

Evidentemente, que precisaremos estar todos nós reunidos para esse evento.

Uma das razões de eu vir, aqui, é para convidar os deputados que não acompanharão o deputado Neivo, em Manditiruba, que possam participar da CPI dos Alimentos, a partir da 9h30min da manhã, no Plenarinho. Acredito que muitos vão ficar, como nós já estamos, estarrecidos com algumas informações que temos obtido.

Era isso, senhor presidente.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

PFL; PSDB; PTB.

(**Declinam**)

Está encerrada a Hora do Expediente.

Passa-se à

ORDEM DO DIA,

com a presença de 54 deputados.

Sobre a mesa, projeto de lei de autoria do deputado Ricardo Maia, constante do expediente. Necessita de apoio. **Apoiado.** À Diretoria Legislativa.

Projetos de lei em nº de 06 (seis) de autoria do deputado Nelson Tureck, constantes do expediente. Necessitam de apoio. **Apoiados.** À Diretoria Legislativa.

Projeto de lei de autoria do deputado Luiz Accorsi, constante do expediente. Necessita de apoio. **Apoiado.** À Diretoria Legislativa.

Projeto de lei de autoria do deputado Cezar Silvestri, constante do expediente. Necessita de apoio. **Apoiado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 529, de autoria do deputado Orlando Pessuti, constante do expediente, solicitando destaque da votação do item 17 da Ordem do Dia da presente Sessão Ordinária. **Aprovado.**

De conformidade com o requerimento acima aprovado:

ITEM 17

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 096/2002, de autoria dos deputados Hermas Brandão e Orlando Pessuti, que dispõe sobre a obrigatoriedade da informação nos rótulos das embalagens de café, da percentagem de cada espécie vegetal de cafés torrados, torrados e moídos e solúveis que compõem o produto, comercializado no Estado do Paraná. PARECERES FAVORÁVEIS DA CCJ, CF, CAIC e CSP. **Aprovado. (Publ. no DA nº 012/2002, de 06.03.2002).**

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA PROJETO DE LEI Nº 096/2002

P A R E C E R :

O presente projeto de lei, de autoria dos deputados Orlando Pessuti e Hermas Brandão, visa dispor sobre a obrigatoriedade da informação, nos rótulos das embalagens de café da percentagem de cada espécie vegetal de cafés torrados, torrados e moídos e solúveis que compõem o produto, comercializado no Estado do Paraná.

Chamada esta Comissão de Constituição e Justiça a se manifestar com relação à legalidade e constitucionalidade, nada encontramos que possa impedir sua normal tramitação.

Assim, nosso parecer é favorável.

Sala das Comissão, em 19.03.2002.

(aa) BASÍLIO ZANUSSO - Presidente

JOSÉ MARIA FERREIRA - Relator

COMISSÃO DE FINANÇAS PROJETO DE LEI Nº 096/2002

P A R E C E R :

De autoria dos deputados Orlando Pessuti e Hermas Brandão, o projeto de lei em questão objetiva dispor sobre a obrigatoriedade da informação, nos rótulos das embalagens de café da percentagem de cada espécie vegetal de cafés torrados, torrados e moídos e solúveis que compõem o produto, comercializado no Estado do Paraná.

Estudado pela Comissão de Constituição e Justiça, quanto a sua legalidade e constitucionalidade nada encontrou, após esta, foi analisado na Comissão de Finanças, que do ponto de vista meritório, opinou ser este projeto de lei de relevante importância pois, para o Paraná, com a rotulação do café, o nosso produto seria valorizado e, certamente o consumo aumentaria, determinando assim uma franca melhora da renda nos setores produtivos, exportadores e balança comercial.

Diante do exposto, contamos com o apoio dos nobres pares desta Comissão, emitindo parecer favorável.

Sala das Comissão, em 20.03.2002.

(a) ADEMIR BIER - Presidente e Relator

COMISSÃO DE AGRICULTURA, INDÚSTRIA E COMÉRCIO PROJETO DE LEI Nº 096/2002

P A R E C E R :

Visa o presente projeto de lei, de autoria dos deputados Orlando Pessuti e Hermas Brandão, dispor sobre a obrigatoriedade da informação, nos rótulos das embalagens de café da percentagem de cada espécie vegetal de cafés torrados, torrados e moídos e solúveis que compõem o produto, comercializado no Estado do Paraná.

Chamada esta Comissão de Agricultura, Indústria e Comércio a se manifestar, e após obter parecer favorável.

vel das Comissões de Constituição e Justiça e Finanças, nada encontramos que possa impedir sua normal tramitação.

Sendo assim, somos de parecer favorável.

Sala das Comissão, em 20.03.2002.

(aa) PLAUTO MIRÓ GUIMARÃES - Presidente
FERNANDO RIBAS CARLI - Relator

COMISSÃO DE SAÚDE
PROJETO DE LEI Nº 096/2002

P A R E C E R :

O presente projeto de lei, de autoria dos deputados Orlando Pessuti e Hermas Brandão, que visa dispor sobre a obrigatoriedade da informação, nos rótulos das embalagens de café da percentagem de cada espécie vegetal de cafés torrados, torrados e moídos e solúveis que compõem o produto, comercializado no Estado do Paraná.

Sobre a matéria já existe o parecer favorável da douta Comissão de Constituição e Justiça, da Comissão de Finanças e da Comissão de Agricultura, Indústria e Comércio.

Chamada a opinar esta Comissão, de acordo com o que preceitua o Regimento Interno desta Casa, não encontramos nenhum impedimento quanto a sua normal tramitação.

Sendo assim, esta Comissão opina favoravelmente ao presente plano de lei.

É o parecer.

Sala das Comissão, em 20.03.2002.

(aa) LUIZ ACCORSI - Presidente
ANTONIO CARLOS BELINATI - Relator

Passaremos à apreciação do restante da matéria constante da Ordem do Dia, conforme avulso distribuído aos deputados:

ITEM 01

REDAÇÃO FINAL - do Projeto de Lei nº 106/99, de autoria do deputado Irineu Colombo, que dispõe sobre o repasse de verbas de assistência social e subvenção social aos municípios, conforme especifica. **Aprovado. (Publ. no DA nº 016/99, de 17.03.99).**

ITEM 02

REDAÇÃO FINAL - do Projeto de Lei nº 348/2001, de autoria do deputado Luiz Carlos Martins, que torna obrigatória a notificação aos médicos de pacientes do Sistema Único de Saúde - SUS do resultado do exame que comprove a existência de doença que acarrete risco de vida para o paciente. **Aprovado. (Publ. no DA nº 113/2001, de 27.08.2001).**

ITEM 03

REDAÇÃO FINAL - do Projeto de Lei nº 443/2001, de autoria do deputado Durval Amaral, que dispõe sobre o creditamento de pagamento de servidores estaduais em

estabelecimento bancário da localidade em que residem, se inativos, ou prestam serviços, se ativos. **Aprovado. (Publ. no DA nº 126/2001, de 17.09.2001).**

ITEM 04

REDAÇÃO FINAL - do Projeto de Lei nº 554/2001, de autoria do deputado Luiz Accorsi, que autoriza o Poder Executivo a ceder, em comodato, imóvel situado no município de Terra Rica. **Aprovado. (Publ. no DA nº 156/2001, de 24.10.2001).**

ITEM 05

REDAÇÃO FINAL - do Projeto de Lei nº 004/2002, de autoria do deputado Caíto Quintana, que declara de Utilidade Pública a Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais de Boa Vista da Aparecida-PR., com sede na cidade de Boa Vista da Aparecida-PR. e foro no município de Capitão Leônidas Marques. **Aprovado.**

REDAÇÃO FINAL
PROJETO DE LEI Nº 004/2002
A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º - Fica declarada de Utilidade Pública a Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais de Boa Vista da Aparecida, com sede na cidade de Boa Vista da Aparecida e foro no município de Capitão Leônidas Marques.

Art. 2º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Sala das Comissões, em 19.03.2002.

(aa) ALGACI TULIO - Presidente
FERNANDO RIBAS CARLI - Relator

ITEM 06

REDAÇÃO FINAL - do Projeto de Lei nº 046/2002, de autoria do deputado Nereu Moura, que declara de Utilidade Pública a Associação das Senhoras de Rotarianos de Laranjeiras do Sul, com sede e foro na mesma localidade. **Aprovado. (Publ. no DA nº 005/2202, de 25/02/2002).**

ITEM 07

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 404/2001, de autoria do deputado Durval Amaral, que autoriza o Poder Executivo a doar ao município de Jaguapitã, imóvel que especifica. COM PARECERES FAVORÁVEIS DA CCJ E CF.

Em votação.

O SR. ALGACI TULIO (Pela Ordem)

O projeto não passou pela Comissão de Obras, que é normal quando há cessão ou alguma coisa, comodato, doação de área. Passou erradamente pela Comissão de Finanças que não tem nada a ver com a matéria.

O SR. PRESIDENTE (Hermas Brandão)

Vou determinar ao Departamento Legislativo para tomar as devidas cautelas nos próximos encaminhamentos. **Aprovado, artigo por artigo.**

ITEM 08

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 673/2001, de autoria do deputado Hermas Brandão, que autoriza a construção da Central Térmicas de Pitanga, situada no município de Pitanga. COM PARECERES FAVORÁVEIS DA CCJ E CEMA. **Aprovado, artigo por artigo.**

ITEM 09

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 287/1999, de autoria do deputado Algaci Tulio, que obriga as empresas de transportes coletivos intermunicipais e interestaduais do Estado do Paraná, a equipar seus ônibus com detector de metais. COM PARECERES FAVORÁVEIS DA CCJ E COPTC. COM EMENDA DE PLENÁRIO COM PARECER FAVORÁVEL DA CCJ.

Em votação o projeto, ressalvada a Emenda. **Aprovado, artigo por artigo.**

Em votação a Emenda.

Para encaminhar, o deputado Cezar Silvestri.

O SR. CEZAR SILVESTRI (Para Encaminhar)

Apesar de ser favorável ao projeto de autoria do deputado Algaci Tulio, eu apresentei uma Emenda que obriga não as empresas, mas que nós tenhamos nos terminais de ônibus, os detectores de metais.

Até porque, nós achamos que seria inviável ter detectores de metais em todos os ônibus.

As informações que nos passam é que as empresas não têm funcionários habilitados nos ônibus para exigir os passageiros. De repente, se tiver uma pessoa armada o cobrador do ônibus, que vai desarmar essa pessoa, não tem preparo nenhum e acaba colocando em risco a vida dos passageiros. Por essa razão nós apresentamos uma Emenda, de, no lugar de termos em cada ônibus o detector, nós tivéssemos nos terminais.

Peço a todos os deputados que aprovem a Emenda. Logicamente que nós estaremos aí também, preservando a segurança dos usuários, mas com pessoas habilitadas.

O SR. ALGACI TULIO (Para Encaminhar)

Senhor presidente, quando da leitura do projeto, talvez eu não tenha esclarecido, a intenção não era colocar em cada ônibus um detector de metais, que seria uma coisa fixa, mas apenas um equipamento, que se usa manualmente e nós podemos verificar isso na entrada de teatros, de cinemas, em campos de futebol, aonde há um equipamento manual em que o policial passa a revista nas pessoas.

Era essa a intenção. Porém, também entendo que a Emenda do deputado Cezar Silvestri é muito boa. Só vem enriquecer o projeto. É uma forma também de contribuir-

mos para diminuir a violência nos transportes coletivos, não só na Capital do Estado, mas também do interior.

Sou totalmente favorável, e peço a aprovação dos senhores parlamentares.

O SR. PRESIDENTE (Hermas Brandão)

Em votação a Emenda apresentada pelo deputado Cezar Silvestri. **Aprovada.**

ITEM 10

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 004/2000, de autoria do deputado Luiz Fernandes Litro, que autoriza o Governo do Estado do Paraná a criar programa de incentivo à agricultura paranaense e dá outras providências. COM PARECERES FAVORÁVEIS DA CCJ, CF E CAIC. COM EMENDA DE PLENÁRIO COM PARECER FAVORÁVEL DA CCJ. **Aprovado o projeto, artigo por artigo.** Emenda de Plenário - **Aprovada.**

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
EMENDA AO PROJETO DE LEI Nº 004/2000

P A R E C E R :

O presente projeto de lei, de autoria do deputado Luiz Fernandes Litro, visa autorizar o Governo do Estado do Paraná a criar o programa de incentivo à agricultura paranaense e dá outras providências.

Chamada esta Comissão de Constituição e Justiça a se manifestar com relação à emenda apresentada em Plenário, somos de parecer favorável à mesma.

Sala das Comissões, em 11.12.2001.

(aa) BASÍLIO ZANUSSO - Presidente
CARLOS SIMÕES - Relator

Apoiamento:

Duílio Genari, Algaci Tulio, Ademar Traiano, Antonio Carlos Belinati, Moysés Leônidas, Serafina Carrilho, Marcos Isfer, Hermes Fonseca, Orlando Pessuti e Caíto Quintana.

ITEM 11

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 429/2000, de autoria do deputado Plauto Miró Guimarães, que dispõe sobre a obrigatoriedade de atendimento clínico e odontológico gratuito para os estudantes das escolas da rede pública estadual de ensino do Paraná. COM PARECERES FAVORÁVEIS DA CCJ E CSP. COM EMENDA SUBSTITUTIVA DA CCJ. COM EMENDA DE PLENÁRIO COM PARECER FAVORÁVEL DA CCJ.

Está em votação o Substitutivo, ressalvada a Emenda de Plenário. **Aprovado, artigo por artigo.**

Em votação a Emenda de Plenário. **Aprovada.**

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
EMENDA SUPRESSIVA AO
SUBSTITUTIVO GERAL DA CCJ AO
PROJETO DE LEI Nº 429/2000

P A R E C E R :

A proposição em tela trata do Projeto de Lei nº 429/2000, de autoria do deputado Plauto Miró Guima-

rões, que dispõe sobre a obrigatoriedade de atendimento clínico e odontológico gratuito para os estudantes das escolas da rede pública estadual de ensino do Paraná.

Em parecer apresentado à CCJ, sugeriu-se a doação da forma de autorização ao Poder Executivo para que implantasse o atendimento clínico e odontológico gratuito. A CCJ, entendendo a adequação do projeto, aprovou proposta de substitutivo.

A emenda apresentada pelo deputado Durval Amaral apenas retira o artigo 2º do substitutivo, que outorga o prazo de 90 dias para que o Poder Executivo regulamente a lei. Tal artigo, na visão do autor da emenda, é incompatível com a natureza autorizatória da proposta. Assim, para melhor adequar o projeto, a emenda encontra condições favoráveis de ser aprovada.

Sala das Comissões, em 19.03.2002.

(aa) BASÍLIO ZANUSSO - Presidente
MARCOS ISFER - Relator

Apoiamento:

Algaci Tulio, Ademar Traiano, Duílio Genari, Sérgio Spada, Moysés Leônidas, Plauto Miró Guimarães e Orlando Pessuti.

ITEM 12

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 113/2001, de autoria do deputado Luiz Carlos Alborghetti, que incorpora ao currículo da rede estadual de ensino de 1º grau a área de conhecimento "Cidade-Cidadania". COM PARECER FAVORÁVEL DA CCJ. COM PARECER CONTRÁRIO DA CECE. COM EMENDA DE PLENÁRIO COM PARECER FAVORÁVEL DA CCJ.

Emenda de Plenário com parecer favorável da CCJ.

Em votação o projeto. **Aprovado, artigo por artigo.**

Em votação a emenda de Plenário. **Aprovada.**

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
EMENDA AO PROJETO DE LEI Nº 113/2001

P A R E C E R :

O presente projeto de lei, de autoria do deputado Luiz Carlos Alborghetti, visa incorporar ao currículo da rede estadual de ensino de 1º grau, a área de conhecimento "Cidade-Cidadania.

Chamada esta Comissão de Constituição e Justiça a se manifestar com relação à emenda substitutiva geral apresentada em Plenário, somos de parecer favorável à mesma.

Sala das Comissões, em 05.12.2001.

(aa) BASÍLIO ZANUSSO - Presidente
ALGACI TULIO - Relator

Apoiamento:

Duílio Genari, Orlando Pessuti, Algaci Tulio, Antonio Carlos Belinati, Marcos Isfer, Plauto Miró Guimarães, Tiago de Amorim Novaes, Ademar Traiano, José Maria Ferreira (absteve-se) e Moysés Leônidas.

ITEM 13

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 165/2000, de autoria do deputado Geraldo Cartário, que autoriza o Poder Executivo a proceder abertura de crédito especial, junto à Caixa Econômica Federal, destinada ao financiamento de automóveis particulares para os membros das corporações da Polícia Civil e Polícia Militar do Estado do Paraná. COM PARECER FAVORÁVEL DA CCJ. (Publ. no DA nº 29/05/2000).

ANÁLISE DO PROJETO DE LEI Nº 165/2000

O presente projeto de lei de autoria do deputado Geraldo Cartário, visa autorizar o Poder Executivo a proceder abertura de crédito especial, junto à Caixa Econômica Federal, destinada ao financiamento de automóveis particulares para os membros das Corporações da Polícia Civil e Polícia Militar do Estado do Paraná.

O projeto é em si inconstitucional, pelo motivo que fere o artigo 5º da Constituição Federal, no que tange o princípio da isonomia, que cita que todos são iguais perante a lei, sem distinção de qualquer natureza. Se o Poder Executivo viesse a beneficiar esta categoria teria que estender este mesmo privilégio aos demais servidores públicos, pois os membros das corporações das Polícias Civil e Militar são servidores públicos. Outrossim, não há no projeto qualquer interesse público nele envolvido que beneficie a sociedade, já que a compra do carro próprio do policial militar ou civil em nada contribui para a segurança pública. O projeto de lei em si é discriminatório. Não se deve confundir o policial civil ou militar quando no exercício de sua função e quando cidadão comum. Ele só estará prestando serviço público quando estiver trabalhando, fora disso, é cidadão comum, igual a qualquer outro. Quando ele compra seu próprio carro ele o faz como cidadão comum e não como policial, pois não usará o carro no exercício de sua função. Ele usará o carro para benefício próprio, como um bem particular.

De igual modo, o projeto é diretivo quando cita uma instituição financeira nominalmente. Como não mais existe instituição financeira estadual, o Estado tem total liberdade de escolher a quem bem desejar.

Curitiba, 29.10.2001.

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
EMENDA AO PROJETO DE LEI Nº 165/2000

P A R E C E R :

O presente projeto de lei, de autoria do deputado Geraldo Cartário, visa autorizar o Poder Executivo a proceder a abertura de crédito especial, junto à Caixa Econômica Federal, destinada ao financiamento de automóveis particulares para os membros das corporações da Polícia Civil e Polícia Militar do Estado do Paraná.

Chamada esta Comissão de Constituição e Justiça a se manifestar com relação à legalidade e constitucionalidade

lidade, nada encontramos que possa impedir sua normal tramitação.

Sala das Comissões, em 10.12.2001.

(aa) BASÍLIO ZANUSSO - Presidente

CARLOS SIMÕES - Relator

Em votação.

O SR. ALGACI TULIO (Pela Ordem)

Verifico que o projeto do deputado Cartário passou pela CCJ, e no meu entendimento, deveria passar pela Comissão de Orçamento.

Peço a retirada. Estou encaminhando requerimento à Mesa.

O SR. PRESIDENTE (Hermas Brandão)

Será encaminhado à Comissão de Orçamento. Após a sua análise, voltará ao plenário.

ITEM 14

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 068/2001, de autoria do deputado Ricardo Chab, que revoga a Lei nº 7.826, de 29 de dezembro de 1983, que alterou o Código da Polícia Militar do Estado. PARECERES FAVORÁVEIS DA CCJ e SP. **Aprovado. (Publ. no DA nº 020/2001, de 20.03.2001).**

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
PROJETO DE LEI Nº 068/2001

P A R E C E R :

De autoria do deputado Ricardo Chab, o projeto de lei em pauta revoga a Lei nº 7.826, de 29 de dezembro de 1983, que alterou o Código da Polícia Militar do Estado.

A Lei nº 7.826 incluiu dois parágrafos ao artigo 160 do Código de Polícia Militar, possibilitando a suspensão da obrigatoriedade de transferência para a reserva.

Chamada esta Comissão a se manifestar pela legalidade e constitucionalidade da matéria, nada encontrou que impeça sua tramitação nesta Casa de Leis, pelo que exaramos parecer favorável ao projeto.

Sala das Comissões, em 10.04.2001.

(aa) BASÍLIO ZANUSSO - Presidente

ALGACI TULIO - Relator

COMISSÃO DE SEGURANÇA PÚBLICA
PROJETO DE LEI Nº 068/2001

P A R E C E R :

Relatório

De autoria do deputado Ricardo Chab, o presente projeto de lei revoga a Lei nº 7.826, de 29 de dezembro de 1983, que alterou o Código da Polícia Militar do Estado.

Fundamentação

sobre a matéria, já existe o pronunciamento da douta Comissão de Constituição e Justiça.

Chamada a opinar esta Comissão de Segurança Pública, de acordo com o parágrafo 9º do artigo 33, observa este relator que nada encontrou que impeça sua normal tramitação pelos demais órgãos desta Casa de Leis.

Conclusão

Diante do exposto, manifestamos nosso parecer favorável,

É o parecer.

Sala das Comissões, em 24.04.2001.

(aa) RICARDO CHAB - Presidente

GERALDO CARTÁRIO - Relator

ITEM 15

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 162/2001, de autoria do deputado Divanir Braz Palma, que dispõe sobre a proibição de cobrança de taxa pelos servidores de religação dos serviços públicos de saneamento e de energia elétrica, e dá outras providências. PARECERES FAVORÁVEIS DA CCJ, CF e COPTC. **Aprovado. (Publ. no DA nº 051/2001, de 07.05.2001).**

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
PROJETO DE LEI Nº 162/2001

P A R E C E R :

A proposição em tela trata do Projeto e Lei nº 162/2001, de autoria do deputado Divanir Braz Palma, que dispõe sobre a proibição de cobrança de taxa pelos serviços de religação dos serviços públicos de saneamento e de energia elétrica, e dá outras providências.

Sob o ponto de vista constitucional, legal e de técnica legislativa, esta Comissão de Constituição e Justiça nada encontrou que pudesse obstar seu normal trâmite pelas demais Comissões desta Casa.

Assim sendo, emitimos parecer favorável à sua aprovação.

Sala das Comissões, em 16.10.2001.

(aa) BASÍLIO ZANUSSO - Presidente

MARCOS ISFER - Relator

COMISSÃO DE FINANÇAS
PROJETO DE LEI Nº 162/2001

P A R E C E R :

O presente projeto e lei, de autoria do deputado Divanir Braz Palma, tem por finalidade proibir a cobrança de taxa pelos serviços de religação dos serviços públicos de saneamento e de energia elétrica.

A douta Comissão de Constituição e Justiça manifestou-se favoravelmente ao presente projeto, nos aspectos constitucional, legal e de técnica legislativa.

Este relator, chamado à manifestação exclusivamente em relação ao mérito, de acordo com o parágrafo

3º do artigo 33 do Regimento Interno, manifesta-se favoravelmente à sua aprovação.

Sala das Comissões, em 28.11.2001.

(aa) ADEMIR BIER - Presidente
MARCOS ISFER - Relator

COMISSÃO DE OBRAS PÚBLICAS,
TRANSPORTES E COMUNICAÇÕES
PROJETO DE LEI Nº 162/2001

P A R E C E R :

O Projeto e Lei nº 162/2001, de autoria do deputado Divanir Braz Palma, dispõe sobre a proibição de cobrança de taxa pelos serviços de religação dos serviços públicos de saneamento e de energia elétrica, e dá outras providências.

As Comissões de Constituição e Justiça e de Finanças já emitiram pareceres favoráveis sobre a matéria em análise.

No mérito, temos a acrescentar que os serviços públicos de abastecimento de água e energia elétrica são essenciais, portanto, não caberia o corte do serviço, mas sim a cobrança dos valores por meios legais. O Poder Judiciário tem se manifestado reiteradamente neste sentido, preservando a dignidade dos usuários dos sistema de abastecimento de água e energia elétrica, sobretudo daqueles com menor poder aquisitivo, cujas contas em questão representam significativa parcela dos orçamentos domésticos.

Isto posto, emitimos parecer favorável à tramitação do Projeto de Lei nº 162/2001.

Sala das Comissões, em 12.12.2001.

(aa) EDSON STRAPASSON - Presidente
ANTONIO CARLOS BELINATI - Relator

ITEM 16

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 184/2001, de autoria do deputado Algaci Tulio, que estabelece passe livre às pessoas portadoras de deficiência nos transportes intermunicipais do Estado do Paraná. PARECER FAVORÁVEL DA CCJ. SUBSTITUTIVO GERAL DA CCJ. ANEXO PROJETO DE LEI 456/2001 E 466/2001. **Aprovado. (Publ. no DA nº 059/2001, de 15.05.2001).**

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
PROJETO DE LEI Nº 184/2001

P A R E C E R :

O presente projeto de lei, de autoria do deputado Algaci Tulio, que propõe passe livre às pessoas portadoras de deficiência física nos transportes intermunicipais do Estado do Paraná.

Tal iniciativa também foi objeto de projeto por parte dos deputados Ricardo Maia (Projeto 456/2001) e Irineu Colombo (Projeto 466/2001), cujas propostas foram posteriormente anexadas, conforme protocolo 11299.

Diante do exposto, nosso parecer é favorável, opinando-se pela aprovação do projeto em tela.

Sala das Comissões, em 16.10.2001.

(aa) BASÍLIO ZANUSSO - Presidente
SÉRGIO SPADA - Relator

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
EMENDA SUBSTITUTIVA GERAL AOS
PROJETOS DE LEI Nºs 184/2001,
456/2001 E 466/2001

Art. 1º - Ficam alterados o artigo 1º e seu parágrafo único da Lei nº 11.911, de 01 de dezembro de 1994, passando estes a vigorarem com as seguintes redações:

“Art 1º - Fica assegurado às pessoas portadoras de deficiência a gratuidade nos transportes coletivos intermunicipais no território do Estado do Paraná.

Parágrafo Único - Para efeito desta lei, consideram-se transportes coletivos intermunicipais os ônibus de linhas intermunicipais, assim como, os transportes coletivos ferroviários e os aquaviários”.

Art. 2º - Para usufruir dos benefícios da Lei nº 11.911/97 o usuário apresentará o documento de passe livre emitido pelo Governo Federal, nos termos da Lei Federal nº 8.899, regulamentada pelo Decreto nº 3691 e pela Portaria Interministerial nº 000/2001, de 10.04.2001.

Art. 3º - As empresas concessionárias permissionárias e autorizadas de transporte intermunicipal de passageiros reservarão 02 (dois) assentos de cada veículo, para ocupação preferencial pelas pessoas portadoras de deficiência.

Art. 4º - O não atendimento ao disposto nesta lei obrigará o infrator ao pagamento de 100 (cem) a 1000 (mil) vezes o valor da passagem.

Parágrafo Único - A multa será cobrada após o processo administrativo, sendo cobrada em dobro em caso de reincidência.

Art. 5º - O texto desta lei será afixado, na sua íntegra, na entrada dos meios de transportes citados e também nos pontos de venda de passagens e vale-transporte.

Art. 6º - Ficam revogados os artigos 4º e 9º da Lei nº 11911/97.

Art. 7º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Comissões, em 19.03.2002.

(aa) BASÍLIO ZANUSSO - Presidente
SÉRGIO SPADA - Relator

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
EMENDAS APRESENTADAS AOS
PROJETOS DE LEI Nºs 184/2001,
456/2001 e 466/2001

P A R E C E R E S :

Relatório

Os projetos em análise tratam de gratuidade nos transportes coletivos intermunicipais às pessoas portadoras de deficiência.

O Projeto de Lei nº 184/2001, de autoria do deputado Algaci Tulio, visa assegurar às pessoas portadoras de deficiência, gratuidade nos transportes coletivos intermunicipais no território do Estado do Paraná.

O Projeto de Lei nº 456/2001, de autoria do deputado Ricardo Maia, altera o artigo 12 da Lei nº 11.911, de 01.12.97 (que institui o transporte gratuito aos portadores de deficiência em linhas de transporte intermunicipal no Estado do Paraná).

O Projeto de Lei nº 466/2001, de autoria dos deputados Irineu Colombo e Luciana Rafagnin, concede passe livre às pessoas portadoras de deficiência no sistema de transporte coletivo intermunicipal no Estado do Paraná.

Fundamentação

O Projeto de lei nº 184/2001 ao ser analisado pela Coordenadoria de Assessoramento Jurídico-Legislativo - CATL esta citou haver lei similar, ou seja, a Lei nº 11.911/97 e sugeriu que se apresentasse junto a esta Comissão uma emenda substitutiva geral, alterando o artigo 1º da mencionada lei e acrescentando dispositivos outros à lei em questão. A sugestão foi acatada pelo relator desta Comissão, deputado Sérgio Spada, que a apresentou e a mesma foi aprovada por esta Comissão.

Quanto ao Projeto de Lei nº 456/2001, salientamos haver erro na redação do artigo 1º, que assegura passe livre às pessoas portadoras de deficiência, comprovadamente carentes no sistema de transporte coletivo **interestadual** (grifo nosso), nos modais rodoviários, ferroviários e aquáticos. Acreditamos que houve erro de digitação, já que o autor na justificativa do mesmo sempre faz menção ao transporte coletivo intermunicipal. O projeto foi analisado pela Coordenadoria de Assessoramento Jurídico-Legislativo - CATL, que em parecer salientou a necessidade da anexação dos Projetos de Lei nºs 184/2001 e 446/2001 ao Projeto de Lei nº 456/2001, em obediência ao artigo 121 do Regimento Interno e sugeriu apresentação de Emenda Substitutiva Geral. E assim foi feito.

Assim, colocadas aqui as considerações acima expostas, entendemos ser necessário apresentação de Emenda Substitutiva Geral que englobe os dispositivos aproveitáveis dos 03 projetos, com o propósito de aplicar o que melhor tiver entre todos eles, com o alto intuito de garantir às pessoas portadoras de deficiência o mais amplo e irrestrito direito, sem restringir este direito, tal como submissão e processo de reabilitação e/ou de capacitação profissional (texto geral) ou comprovante de miserabilidade (texto do Projeto de Lei nº 456/2001).

Conclusão

Isto posto, somos pelo parecer favorável as emendas apresentadas, na forma da emenda substitutiva geral que anexa apresentamos.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 19.03.2002.

(aa) BASÍLIO ZANUSSO - Presidente

SÉRGIO SPADA - Relator

ITEM 18

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 102/2002, de autoria do deputado José Maria Ferreira, que declara de Utilidade Pública a Associação Comercial, Industrial Agrícola, de Serviços e Profissionais de Iporã, com sede e foro nesta cidade, no Estado do Paraná. COM PARECER FAVORÁVEL DA CCJ. **Aprovado. (Publ. no DA nº 015/2002, de 11/03/2002).**

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
PROJETO DE LEI Nº 102/2002

P A R E C E R :

O presente projeto de lei, de autoria do deputado José Maria Ferreira, tem por objetivo declarar de Utilidade Pública a Associação Comercial, Industrial Agrícola, de Serviços e Profissionais de Iporã, com sede e foro no município de Iporã.

Chamada esta comissão a se manifestar com relação à legalidade e constitucionalidade, e ainda de acordo com a Lei nº 6.994/78, alterada pela Lei nº 8.589/87, nada encontramos que possa impedir sua normal tramitação.

Assim sendo, somos de parecer favorável.

Sala das Comissões, em 14.03.2002.

(aa) BASÍLIO ZANUSSO - Presidente

GERALDO CARTÁRIO - Relator

O SR. PRESIDENTE (Hermas Brandão)

Sobre a mesa, Requerimento nº 523, de autoria do deputado Edson Strapasson, constante do expediente. Em discussão.

O SR. DURVAL AMARAL

Solicito verificação de votação.

O SR. PRESIDENTE (Hermas Brandão)

A Mesa fará a verificação de votação.

Os senhores deputados que aprovam o requerimento do deputado Strapasson queiram levantar-se.

O SR. NEREU MOURA (Pela Ordem)

Senhor presidente, o requerimento em pauta é sobre o quê?

O SR. PRESIDENTE (Hermas Brandão)

Solicitando informações à senhora Alcyone Saliba.

O SR. EDSON STRAPASSON (**Para Encaminhar**)

Senhor presidente, senhores deputados. Esse requerimento, na verdade, é um requerimento banal, diria eu, deputado Neivo. Até porque esta Casa aprovou no ano passado um projeto de lei, que fazia a redistribuição da cota estadual do salário-educação com os municípios do Estado do Paraná de acordo com o número de matrículas da rede estadual e municipal.

Evidentemente o que se busca, neste momento, é obter até o esclarecimento perante o Estado, sobre o quê, efetivamente, desta lei e destes valores foram repassados aos municípios, até porque temos um projeto de lei nesta Casa tramitando, que versa sobre a matéria, sobre a redistribuição anterior à questão da aprovação desta lei. E, na verdade, segundo o que foi dito, o governo já teria repassado os valores referentes a esta redistribuição.

É um projeto de lei simples, que nós apenas gostaríamos de saber. Caso contrário, logicamente, obteremos as informações de acordo com a execução orçamentária ou de acordo até com a Internet, com os dados que o governo deve ter lançado daquilo que repassou aos municípios.

Obrigado.

O SR. DURVAL AMARAL (**Pela Ordem**)

Se V. Exa. permitir, gostaria de pedir para discutir o requerimento.

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

Adia-se na forma regimental, de acordo com o Artigo 155 do Regimento Interno.

Requerimento nº 522, de autoria do deputado Luiz Accorsi, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 524, de autoria do deputado Antonio Anibelli, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimentos nºs 525, 526 e 527, de autoria do deputado Luiz Carlos Martins, constantes do expediente. **Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 528, de autoria do deputado Orlando Pessuti, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 530, de autoria do deputado Augustinho Zucchi, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimentos nºs 531, 532, 540 e 541, de autoria do deputado Nelson Tureck, constantes do expediente. **Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

Requerimentos nºs 533 e 547, de autoria do deputado Hermas Brandão, constantes do expediente. **Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 542, de autoria do deputado Iri-neu Colombo, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimentos nºs 544 e 545, de autoria do deputado Ricardo Maia, constantes do expediente. **Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 546, de autoria do deputado Duílio Genari, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimentos nºs 549, 550, 553 e 554, de autoria do deputado Algaci Tulio, constantes do expediente. **Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

Requerimentos nºs 551 e 555, de autoria do deputado Luiz Carlos Belinati, constantes do expediente. **Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente sessão, marcando outra para terça-feira, dia 26, à hora regimental, com a seguinte

ORDEM DO DIA:

REDAÇÃO FINAL - dos Projetos de Lei nºs 101 e 569/2001.

3ª DISCUSSÃO - dos Projetos de Lei nºs 287/99; 004, 429/2000 e 113/2001.

2ª DISCUSSÃO - dos Projetos de Lei nºs 068, 162, 184, 096 e 102/2002.

1ª DISCUSSÃO - dos Projetos de Lei nºs 701/2001; 024, 025, 080, 100 e 101/2002.

Levanta-se a Sessão.

Ato da Comissão Executiva:

A Comissão Executiva da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, no uso de suas atribuições,

R E S O L V E :

ATO DA COMISSÃO EXECUTIVA Nº 058/2002

nos termos do artigo 74 e seguintes, da Lei nº 6.174 de 16.11.1970, Estatuto dos Funcionários Públicos do Estado do Paraná, **Constituir**, Comissão de Promoção integrada pelo senhor Abib Miguel, Diretor Geral, doutor Ayrton Costa Loyola, procurador-geral; e pela funcionária Cinthia B. F. Luiz Molinari, diretora de pessoal; secretariada pelo funcionário Eleovan Cesar Ribeiro e, como representante da Cabenfale, o funcionário Walter Antonio Marchiorato, para, sob a presidência do primeiro;

1º - instalar o processo de promoção para dar cumprimento ao Mandado Executório nº 29371-6/2002 TJ/PR, da ordem emanada do Colendo Superior Tribunal de Justiça, em Acórdão extraído do Recurso Especial nº 215.619/2000, julgado em 15.08.2000 e transitado em julgado em 27.10.2000, observando a Lei nº 7784, de

14.12.1983, alterada pelas Resoluções n°s 052/89, 050/94 e 15/96;

2º - selecionar, com apuração a ser procedida, com base na pontuação levantada pela Comissão de Promoção constituída pela Resolução 078/96, funcionários para concorrer às promoções para as vagas que se verifiquem, por merecimento ou antigüidade, na carreira de Procura-

dor do quadro pessoal da Secretaria da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná.

Publique-se e cumpra-se.

Curitiba, 21.03.2002.

(aa) HERMAS BRANDÃO - Presidente

VALDIR ROSSONI - 1º Secretário

ANTONIO ANIBELLI - 2º Secretário